

BRASIL NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA (1946-1964)

Marta Vieira Cruz*

1. INTRODUÇÃO

O Brasil Nacional-Desenvolvimentista se constituiu na sociedade brasileira por um período marcado por efervescentes processos sócio-históricos assim mapeados: no plano mundial termina a 2ª Guerra (1945), o que representou para a humanidade uma nova fase nas relações internacionais e nas diversas esferas da vida societal. Elabora-se, a partir daí, a Carta das Nações Unidas na Conferência de São Francisco, além da expansão do Plano Marshall em amplas regiões do mundo subdesenvolvido, consolidando deste modo, as transformações efetivadas no nível estrutural do capitalismo mundial. É importante assinalar que em meados dos anos 50, entre 10 e 23 de abril de 1955, ocorreu a Conferência Ásia-África de Bandung/Indonésia, onde reuniram-se 29 chefes de Estado e, tendo sido reconhecido na ocasião, o princípio da coexistência pacífica entre as diferentes partes do mundo. Nesse evento se definiu pela primeira vez a noção de 3º mundo.

No plano nacional, os anos 40 foram marcados pelo fim da ditadura Vargas, o que levou a redemocratização institucional do País, sobretudo, com a realização das eleições em que o General Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD/PTB foi eleito Presidente da República. A partir das prioridades estabelecidas pelo seu governo, a política econômica brasileira foi se moldando à associação com o capital financeiro internacional, consoante com o plano do pós-guerra de imposição de uma nova ordem mundial. Nesse contexto, os resultados apresentados pela missão ABBINK (Comissão Técnica Mista Brasil/Estados Unidos) indicam que para o Brasil aquecer a sua economia e elevar o nível de produção seria necessário formular uma política que objetivasse a contenção do nível de inflação e primasse pelo desenvolvimento da indústria petrolífera. Tais medidas passariam pela compressão salarial e o recurso ao capital estrangeiro para suprir a falta de recursos nacionais.

Como é por demais conhecido, após a década de 30 as ações governamentais consistiram no esforço de serem criadas condições internas para o desenvolvimento nacional,

* Doutora em Educação, PUC/S.Paulo. Pesquisadora e colaboradora junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas, História, Sociedade e Educação no Brasil - Histedbr/Unicamp/UFS.

utilizando-se para tal, de uma aliança abrangente entre os diversos segmentos sociais, excluindo os grupos hegemônicos agro-exportadores desse processo.

Com o retorno de Vargas, por meio de eleições ocorridas em outubro de 1950, a problemática nacional-desenvolvimentista manifesta-se ainda com certo vigor, consubstanciada em sua política econômica substitutiva de importação sustentada na poupança nacional, com os seus elementos correspondentes a saber, urbanização, proletarização, etc. Isto é, o processo de desenvolvimento econômico baseado, exclusivamente, nas exportações tradicionais e na substituição de importações industriais de consumo, bem como de alguns bens duráveis de consumo e de capital. Com efeito, o País teve grande capacidade para importar e fez investimentos em setores estratégicos, como o foram os grandes projetos: Petrobrás, Eletrobrás e investimento em transporte.

Prebisch, ao analisar os efeitos do típico desenvolvimento para fora dos países latino-americanos no pós-guerra, infere que:

“ante a possibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações - principalmente das industriais - para contrabalançar essas disparidades e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos” (Cf. PREBISCH, 1963, p. 86).

Aliás, Prebisch alude para as graves falhas deste tipo de desenvolvimento sem plano, o que resultou num progressivo estrangulamento exterior da economia.

Subjacente a esse esquema de poder e das mudanças estruturais no País, estava presente toda uma ideologia que dava sustentação às políticas de governo, revestidas dos valores urbano-industriais, do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. Correia (2000, p. 2003), reportando-se aos estudos de Francisco Weffort sobre a República Populista no Brasil, capta as três condições gerais de populismo, assim explicitadas:

“1) massificação, provocada pela proletarização (de fato, mas não consciente) de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa, conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociedade periférica e mecânica;
2) perda de representatividade da classe dirigente - e, em conseqüência, de sua exemplaridade - que assim se transforma em dominante parasitária;
3) aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades de que o populismo se constitua e alcance ampla significação social”.

Com efeito, para o referido autor, se o populismo liga-se a ascensão das massas e sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi sua expressão global, emergindo, diretamente ao nível de Estado e, conclui: “o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contacto direto com os indivíduos reunidos na massa”.¹

Nesse contexto, o desenvolvimento baseado nas exportações tradicionais e na substituição de importações se esgota. Prebisch (1963, p. 87) demarca com precisão:

“Está-se agora entrando e avançando na substituição de bens intermediários, ou bens duráveis de consumo ou capital que, além de serem de fabricação complexa requerem um mercado de dimensões muito superiores aos dos nacionais”.

Assim, o processo de industrialização pautado sob o capital estrangeiro intensifica-se na década de 50 mais, precisamente, sob a era Juscelino Kubitschek. Noutros termos, o aporte de recursos internacionais apresenta-se como solução alternativa de desenvolvimento econômico; isto é, inaugura-se um novo modelo de industrialização. Para tanto, é necessário reformular o papel do Estado para dar curso as idéias desenvolvimentistas do governo respaldadas em seu Plano de Metas. Sem dúvida, a partir desse contexto, passa-se a admitir a idéia de planejamento. É dessa fase a operação Panamericana que tinha como apelo vencer o subdesenvolvimento. Seus principais resultados foram o BID e a Aliança Para o Progresso. Em âmbito regional, dá-se a criação do Banco do Nordeste (1952) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959).

Na década de 60, com a posse de Jânio Quadro (1961), enfatizou-se uma ambígua política externa independente utilizada pelo governo como instrumento de pressão para vantagens e concessões, numa tentativa de buscar apoio internacional para um plano nacional de desenvolvimento. Como lembra Dupas (2005, p. 16):

“há indícios, pois, que na década de 1960, ao afirmar conceitos e iniciar barganhas para obter ajudas ao desenvolvimento - que a confrontação ideológica permitia e incentivava -, os países subdesenvolvidos fizeram germinar uma tentativa, a partir da periferia, de induzir em nível sistêmico um direito de crescer e desenvolver”.

Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o governo João Goulart, posteriormente, deposto pelo golpe de Estado de 1964. São desse período a Comissão Econômica Para a

¹ Weffort, Francisco citado por Correia, Ovídio Valois *op. cit.*, p. 224.

América Latina (CEPAL), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), reformas de base e a idéia de dependência econômica e tecnológica.

A par desse estado de coisas, escreve Ianni (1975, p. 9):

“sob vários aspectos, o populismo Latino-Americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. A natureza do governo populista está na busca de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e a determinação da dependência econômica”.

Além disso, na ótica de Raúl Prebisch há os defeitos inerentes a toda burocracia de subdesenvolvimento. No entender do autor (1963, p. 74),

“o anacronismo do Estado não se manifesta unicamente em seu funcionamento administrativo, mas também na pequena capacidade do mecanismo existente para fazer surgir novas concepções, para formular e executar uma política nacional de desenvolvimento”.

No Estado de Sergipe, todos esses fenômenos se refletiram com nuances específicas e ritmos diferenciados nas esferas política, econômico-social, cultural e educacional. O Estado, nessa fase, encontrava-se dominado pelas oligarquias, que tinham como base de sustentação econômica a propriedade fundiária representativa dos usineiros, fazendeiros e do setor mercantil. Decorrente do processo de redemocratização institucional do País, ocorreu em Sergipe eleições para governador, sendo eleito em janeiro de 1947, o engenheiro José Rollemberg Leite apoiado pela coligação partidária PSD/PR e com o apoio da igreja católica. Em seu governo, Rollemberg Leite enfrentou profundas desigualdades sociais e econômicas e, no plano político, foi incomodado por disputas ideológicas representativas da política nacional. A esse respeito é ilustrativa a voz do deputado estadual Armando Domingues, eleito pelo PCB, que ergue-se em defesa da democracia e denuncia as injustiças cometidas pelo governo federal (governo Dutra), que pôs na ilegalidade o PCB.

Após o golpe de Estado de 1964 que depôs o então governador eleito João de Seixas Dória e, por conseguinte, dos rumos do processo político pós-golpe, assumiu o governo do Estado o vice-governador Sebastião Celso de Carvalho. Os governos posteriores eleitos, indiretamente, pela Assembléia Legislativa foram: Lourival Baptista, João Andrade Garcez (governou o Estado por um período de 6 meses), Paulo Barreto de Menezes e, por fim, José Rollemberg Leite reconduzido ao governo do Estado na condição de governador biônico. Nessa fase, Sergipe foi marcado por processos de transformações econômico-sociais e de um

acelerado processo de urbanização, ambos derivados da descoberta de Petróleo no ano de 1963, efetivando-se nos anos seguintes a sua exploração e de outros minérios, como são o caso do potássio e da salgema. Vale notar que, posteriormente à criação da SUDENE (1959), o poder estatal implementou ações governamentais que deram curso às políticas de desenvolvimento regional, em grande parte formuladas pela SUDENE. Ilustrativa dessa política é a criação no Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE) no ano de 1959 (governo Luiz Garcia 1959-1962).

Verifica-se assim, que todos esses processos aludidos nesta introdução causaram de uma maneira geral na sociedade brasileira fortes impactos em suas estruturas políticas, econômicas e administrativas, gerando deste modo, no âmbito de poder do Estado, novas atitudes sustentadas no ideário nacional-desenvolvimentista e de suas correspondentes ações de planejamento governamental.

Com base neste mapeamento, tentei delinear os mais diferenciados fatores que geraram o Brasil-Nacional-Desenvolvimentista no período de 1947-1951 e, que, conseqüentemente, moldaram um novo cenário para a educação brasileira. Resumidamente, é a partir da Constituição de 1946 que se estabelece que à “União caiba legislar sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional”, cabendo então ao ministro Clemente Mariani (1948) dar projeto de reforma geral da Educação, tendo como eixo central traçar as novas bases da Educação Nacional (Fazenda, 1985). É nesse quadro que tramitou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024), aprovada e sancionada no ano de 1961. São por demais conhecidas as polêmicas suscitadas decorrentes desse projeto centradas nos embates escola particular x escola pública e centralização x descentralização (Saviani, 1973).

Portanto, no âmbito da educação formula-se a tese da educação como instrumento de desenvolvimento social e, para tanto, o ponto de partida está na educação. No entender de Prebisch (1963), a educação enquanto um elemento dinâmico do processo de desenvolvimento, não se limita ao campo estrito da economia, mas alcança todo o horizonte da sociedade. Deste ponto de vista, a primeira expressão tangível da política redistributiva da renda deverá começar pelo investimento social nos recursos humanos e pela efetiva oportunidade de acesso a educação. Sob o influxo dessa concepção de Educação, passa-se então a admitir a idéia de planejamento impondo dessa forma ao Estado funções complexas.

À luz destas considerações iniciais, pretendo contribuir neste colóquio para a discussão em torno das seguintes questões: como se desenvolveu no período em questão, a relação entre educação e desenvolvimento numa sociedade marcada pela exarcebada

concentração de renda e sem ruptura de sua estrutura social; indico ainda para o debate, qual o papel que coube ao Estado brasileiro face à evolução do capitalismo em sua fase monopolista e sua relação com a Educação?

Sem dúvida, considero que qualquer que seja a síntese de nossas discussões neste colóquio, possibilitará para nós uma reflexão mais apurada acerca da relação ciência e sociedade nesta primeira década do século XXI. François Châtelet em entrevista com Émile Noël referindo-se sobre as crises atravessadas pelo mundo no século XX - as duas guerras mundiais, com suas monstruosidades e suas conseqüências políticas -, nos interpela:

“não há nada a fazer; é assim mesmo. ‘Transformação’ não quer dizer que as coisas fiquem melhores, em geral. Elas também não estão piores, em geral. Não devemos cair em uma morosidade regressiva. O futuro risonho deve ser recusado, da mesma forma que os bons velhos tempos” (1994, p. 153).

2. A HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL EM SERGIPE (1945-1964): ESTADO DA ARTE

O foco temático dado possibilitou-nos uma incursão pelas fontes educacionais catalogadas e disponibilizadas nos catálogos de fontes primárias e secundárias da Educação do Estado de Sergipe (volumes 1 e 2)² e o cotejamento de pesquisas em andamento e de pesquisas já realizadas. Para efeitos de informação, identificamos, inicialmente, 49 trabalhos abrangendo o período em questão e que incidiram em sua grande parte na temática educação e desenvolvimento; além de relatórios, artigos em revistas especializadas, jornais, referências legislativas (Leis, Decretos, Portarias), Livros de Atas e publicações oficiais (órgãos e mensagens governamentais, congressos, etc.).

Neste vasto material pode-se destacar estudos contextualizados e concentrados na educação pública no Estado, com enfoques na relação estado e educação, administração e gestão da educação escolar; análises sobre currículo, educação e cultura, ensino e aprendizagem, idéias pedagógicas, ensino secundário, ensino profissionalizante, ensino superior, instituições educacionais, movimento estudantil, educação e meios de comunicação, a exemplo de estudos de caso sobre o Movimento de Educação de Base em

² Trata-se de publicações do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação da Universidade Federal de Sergipe - GT Histedbr/estadual.

Sergipe (MEB)³, salientando o método Paulo Freire de alfabetização, o Centro Popular de Cultura, movimentos pedagógicos (ruralismo), educação de adultos, teorias educacionais, livros didáticos, dentre outros.

No meu caso específico, venho aprofundando estudos relacionados com o ruralismo pedagógico e a sua manifestação no Estado, privilegiando o período (1947-1951), representativo da política de cooperação entre o governo federal (era Dutra) e o governo estadual (Rollemberg Leite) para a execução de programas de Educação Rural, expandindo dessa forma, a rede física de educação básica em vários municípios do Estado. A respeito desse período os trabalhos de: José Rivadálvio Lima (Cinqüentenário do Colégio Estadual Murilo Braga: 1949-1999); Hamilcar Silveira Dantas Júnior (Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da pedagogia experimental da educação física em Sergipe 1947-1951) e Elvoclébio de Araújo Lima (A Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos em Sergipe 1947-1951), trouxeram contribuições instigantes sobre o movimento renovador da Educação Brasileira e seus reflexos nas políticas educacionais no Estado.

Outros registros significativos para a historiografia educacional em Sergipe são os trabalhos de José Antônio Nunes Mendonça, contemplando temáticas relacionadas com a concepção teórica da educação de inspiração escolanovista, incluindo aí uma interlocução com J. Dewey, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, dentre outros intelectuais de seu tempo histórico. Também em seus estudos são relatados e analisados aspectos pedagógicos intrínsecos à educação escolar em Sergipe. O autor apresenta ainda em diversos trabalhos sugestões para a renovação da escola primária. Destaco sua obra intitulada “A Educação em Sergipe”, editada em Aracaju, no ano de 1958, pela Livraria Regina, resultante da execução do projeto Capes 448/CBPE, 24-26.

Incluo nestes registros as publicações de livros didáticos direcionados ao Curso Primário de Acrísio Cruz: “Ciências Físicas e Naturais”, editado pelas Oficinas Gráficas da Livraria Monteiro: Aracaju/Sergipe, s/d e “Acentuação Gráfica”, também editado pelas Oficinas Gráficas da Livraria Monteiro. Do autor, são ainda os artigos “Carência Lúdica e Escolaridade”, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (INEP), v. XV, nº 41, Rio de Janeiro: 1951; “Personalidade Infantil e Escola”, Revista Neurobiologia, tomo VI, nº 04, dezembro. Recife/PE: 1943.

³ O MEB foi um movimento de inspiração da igreja católica, sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), elevado a nível de política governamental pelo Presidente Jânio Quadros, com o Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961.

A par disso, acentuamos a monografia “Ideologias e Utopias na História da Educação (o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe 1950-1951)” de Luís Eduardo Pina Lima, onde o autor historiciza a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e analisa as projeções ideológicas expressas no discurso da intelectualidade da época, segundo alguns aspectos do pensamento de Karl Mannheim. Contribuiu também para o debate em torno das políticas governamentais para a educação na década de 60, Dilma Maria Andrade de Oliveira, com o seu trabalho “A Participação da USAID na Educação em Sergipe - 1989”, onde a autora analisa, criticamente, o acordo de cooperação assinado pelos governos dos Estados Unidos da América e do Brasil para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste brasileiro, com destaque para os órgãos responsáveis pela sua execução (USAID/SUDENE). Nesse sentido, a autora mostra o que representou a política norte-americana da Aliança para o Progresso para a América Latina sob a égide do imperialismo.

Para a análise da Juventude Universitária Católica (JUC) no meio estudantil no Brasil e no Estado de Sergipe durante o período que antecedeu ao golpe de Estado (1958-1964), a dissertação de mestrado de Antônio Ramos aborda a relação igreja e estado no Brasil e discute a ingerência da igreja católica na elaboração da Lei Federal nº 4.024, de 20/12/1961, utilizando a LEC como instância de agrupamento político de pressão. O estudo conclui que em âmbito estadual, a JUC manteve-se adésista aos interesses da igreja católica, portanto desarticulada com as lutas sociais mais conseqüentes face a democratização da sociedade brasileira.

Registramos que a seleção destes trabalhos deu-se em razão de pontuarmos a produção científica recente do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação/GT Histedbr na Universidade Federal de Sergipe, que vem desenvolvendo pesquisas a respeito do pensamento liberal em Educação no Estado e suas contradições presentes no ideário educacional das elites dirigentes. As exceções feitas decorreram de trabalhos e de autores representativos para a historiografia educacional em Sergipe e comprometidos com os interesses nacionais corporificados pelo Brasil Nacional-Desenvolvimentista.

Com efeito, a criação do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação em outubro de 1991, assim como o surgimento do Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Programa de Mestrado (1994), na Universidade Federal de Sergipe impuseram um novo ritmo no que diz respeito à produção de conhecimento científico, possibilitando, deste modo, a colocação de novos objetos de investigação no campo das Ciências da Educação.

As transformações sócio-econômicas e políticas elencadas na introdução deste trabalho manifestaram-se no Estado de Sergipe pressionando o poder estatal durante o período 1947-1964 a formular políticas de governo que incidissem no campo educacional. Destacam-se em âmbito estadual a criação de novos estabelecimentos de ensino para atendimento a expansão dos cursos primário e secundário (capital e interior), surgimento do ensino superior (reconhecimento da Faculdade de Direito, Decreto da Presidência da República nº 35289, de 30 de março de 1954), fundação da Faculdade de Medicina e da Faculdade Católica de Filosofia e de Serviço Social, além da criação das Escolas de Química e de Ciências Econômicas a cargo do governo estadual, na gestão de José Rollemberg Leite (1947-1951).

Nesse contexto, dar-se-á a instalação e posse do Conselho Estadual de Educação em 23 de setembro de 1963, em obediência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e da Lei Estadual nº 1190, de 05 de julho de 1963. Dentre as iniciativas do poder público estadual de maior relevância situa-se a Fundação Universidade Federal de Sergipe, criada no ano de 1968.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que os trabalhos aqui referenciados abrangendo os decênios 1940, 1950 e 1960 estão centrados de uma maneira geral na relação Estado e Educação, tomando-se via de regra como referência, a contextualização histórica em que se constituíram as reformas educacionais no Brasil e em âmbito estadual cristalizadas na legislação em vigor. Evidenciou-se, ainda, como objetos de estudo, as idéias pedagógicas e os problemas de natureza administrativa que perpassam a prática educativa nas instituições educacionais.

À luz das fontes documentais consultadas e das considerações apresentadas, é possível ressaltar a democratização do ensino primário e da reorganização do sistema educacional em Sergipe como marcos do período 1947-1951 (governo José Rollemberg Leite). Verifica-se, também, que nesse governo a experiência com o Programa de Educação Rural foi pioneira no Estado, com destaques nacional e internacional. Acrísio Cruz, enquanto dirigente da Educação em Sergipe nessa fase, foi o responsável pela reforma do ensino primário e demais mudanças educacionais. Todavia, julgo oportuno observar que a

política educacional de cunho liberal sob o domínio oligárquico foi inconsistente para a concretização da universalização do ensino básico. Nesse contexto, as instituições jurídico-políticas têm como base um Estado constituído sobre privilégios e de natureza ético-política conservadora, obstaculizando, deste modo, a modernização da sociedade, não obstante os avanços alcançados nas décadas de 50 e 60 exemplificados pela criação do ensino superior, do Instituto de Tecnologia e Pesquisa e da Universidade Federal de Sergipe.

Ao refletirmos sobre a temática Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1947-1964) fica-nos a impressão que as aspirações à “modernidade” foram o eixo central dos quarenta anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra. Com efeito, o projeto Nacional-Desenvolvimentista se esgota na década de 60, sem incorporar parcelas significativas da população brasileira ao projeto societário de civilização burguesa, tão caro às democracias ocidentais no século XX. Neste sentido, é desafiante observar na sociedade brasileira que os postulados constitucionais que garantem a educação como um bem da civilização indispensável para a cidadania não são, radicalmente, concretizados, tendo este impasse alcançado o século XXI. Face a esta debilidade crônica do Estado Brasileiro, eu questiono: como ultrapassarmos os obstáculos estruturais que tornam inatingível a universalização de uma escola pública de qualidade?

Eu termino esta comunicação observando que diante do atual cenário político que se apresenta no Brasil, é necessário termos perspectivas históricas para enfrentá-lo, a fim de que possamos contribuir, na qualidade de educadores e pesquisadores, para que se abram às novas gerações infinitas possibilidades que viabilizem a sua inserção no mundo contemporâneo.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHÂTELET, François. **Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

CORREIA, Ovídio Valois. **A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico**. Organizado por Marta Vieira Cruz e Maria Elisa da Cruz. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

CRUZ, José. **O problema das promoções e conclusões de curso no ensino primário elementar em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1949.

_____. O CONDESE e o planejamento da economia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 26, v. XXI, 1961.

CRUZ, Marta Vieira. Acrísio Cruz e o movimento renovador da educação escolar em Sergipe. **Correio de Sergipe**, Aracaju, 1, 2 junho. 2003. Correio de Sergipe Especial. Memórias de Sergipe nº 1. Educação p. 11-12.

_____, et. al. (org.). **Catálogo de fontes primárias e secundárias da educação do Estado de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação; Recife: Gráfica e Editora Liceu, 1999.

DUPAS, Gilberto. 3º mundo periférico ou emergente? **O Estado de São Paulo**, S. Paulo p. A 16, 17 de abril de 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina. **Educação no Brasil Anos 60. O pacto do silêncio**. São Paulo: Loyola, 1985 (Coleção Educar, vol. 2).

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **A história política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, v. 3.

IANNI, Octávio. **Formação do estado populista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JÚNIOR DANTAS, Hamilcar Silveira. **Estado, educação e hegemonia: reflexos da pedagogia experimental da educação física em Sergipe (1947-1951)**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2003.

- LIMA, Elvoclébio Araújo. **A campanha nacional de educação de adolescentes e adultos analfabetos em Sergipe (1947-1951)**. 107 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- LIMA, José Rivadálvio. **Cinqüentenário do Colégio Estadual Murilo Braga (1949-1999)**. Aracaju: J. Andrade Ltda, 2002.
- MENDONÇA, José Antônio Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.
- OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade. **A participação da USAID na educação em Sergipe**. 1989. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.
- PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- RAMOS, Antônio da Conceição. **A JUC em Sergipe (1958-1964)**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da educação brasileira (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- SAFATLE, Vladimir. A profecia de Celso Furtado: um governo de esquerda não terá margem de manobra. Entrevista com Vladimir Safatle. **Revista Carta Capital**, ano XI, nº 319, São Paulo, 01 de dezembro de 2004.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Editora Saraiva, 1973.